

Do Classicismo ao Realismo da *Claridade*

Alberto Carvalho

Dois grandiosos fins consubstanciados na nobre missão da imprensa, um o aumento material dos países, outro, o engrandecimento moral dos povos, se despertaram, alguma vez, n'esta provincia, a idéia do estabelecimento da imprensa periodica, até hoje não conseguiram ainda decidir os animos a arrostar com essas difficuldades que a quanto é util se antolham no começo. [...] A publicidade é o sustentaculo da liberdade. [...] Hoje institui-se a imprensa; hoje, são atirados á luz da publicidade os exemplares do primeiro numero do jornal; e é ainda hoje que a sociedade principia já a sentir a benefica influencia d'essa magnifica instituição.

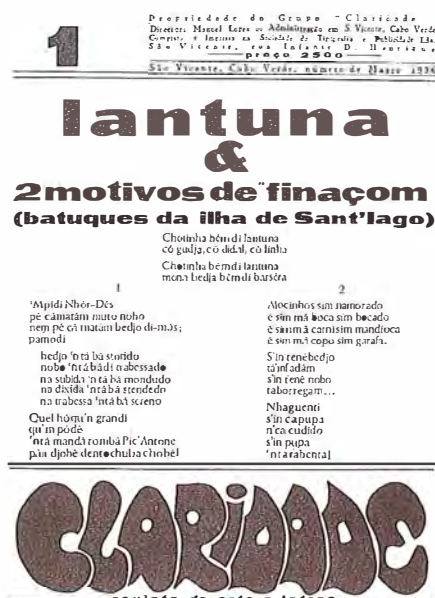
B. O., Praia, 12 de Novembro de 1871
Ass. Hipolito O. da Costa Andrade.

SURGIDA EM MINDELO (SÃO VICENTE), EM 1936, a revista *Claridade* constituiu um acontecimento deveras significativo sob diversos aspectos. A precocidade na eclosão da modernidade que animava o grupo da revista, no contexto das restantes literaturas em situação colonial é, por certo, o mais evidente. Tomar como causa remota do sucesso cultural e literário da *Claridade* a única vontade e saber de algumas figuras individuais, por maior que seja o esclarecimento da sua consciência, é uma forma de fulanização fácil, de recurso comum no contexto das várias literaturas africanas. Tem a vantagem do grande efeito panegírico, como que por imitação dos aedos de tradição africana quando condecoravam os seus heróis-mecenas com “poemas-divisa” de pompa e circunstância. No mínimo, além de não dispor de grande poder explicativo, tal costume “obreirista” fica por completo impedido de tomar em linha de conta os movimentos da cultura ou da historiografia literária.

Não tem nada de esclarecedor reconhecer que a *Claridade* se seguiu a um “classicismo” dito pseudo-cabo-verdiano, que a “*Certeza* se seguiu à *Claridade*, o ‘Suplemento Cultural’ à *Certeza* e ‘Seló’ ao Suplemento Cultural”, e assim sucessivamente, sem problematização explicativa. Para cada revista uma geração, para cada geração uma etiqueta, como se cada uma em sequência nada devesse à ordem dos antecedentes culturais, cada uma renascendo das cinzas do caos anterior. A ordem lógica temporal e social que rege as coisas que se sucedem umas às outras não pode, forçosamente, deixar de se entretecer com a lógica da causalidade transformadora, sem o que os fenómenos seriam metáforas de bolas à deriva no mar dos acasos, a menos que fossem geridos por um qualquer determinismo transcendente.

Vem a propósito invocar as reflexões antropológicas de Jorge Dias que sugerem o modelo teórico talvez apropriado à abertura de um per-

Reprodução do primeiro número da revista *Claridade* na edição comemorativa do seu cinquentenário. Linda-a-Velha, ALAC, 1986. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.



curso seguro para esta questão que, por princípio, deve preservar a solidariedade entre cultura (nacional) e literatura. Definindo os indivíduos “simultaneamente portadores e agentes de cultura”¹, o autor respeita o princípio da continuidade que assegura a conservação da identidade própria e, ao mesmo tempo, fica em condições de observar as mutações que se orientam no sentido do progresso. A quantificação e sucesso das mutações vem a ter assim por condição as circunstâncias do meio e do tempo, e por causa imediata a competência efectiva dos indivíduos que, por atributo próprio, se encontram habilitados para lerem e interpretarem os sinais do seu tempo, mesmo que disso não possuam uma consciência muito clara.

Por deficiência de conceptualização fenomenológica terão ocorrido dois felizes erros de cálculo. No sentido da carência, os mestres obreiros da *Claridade* protagonizaram uma singularidade prestigiante que se cumpriu à revelia

das suas premunições mais optimistas e, no do excesso, os críticos da *Claridade* nos anos sessenta sustentaram premunições apocalípticas que, afinal, não apearam do seu pedestal a obra realizada. Não é muito comum encontrar assim o tempo a cortar com uma tal ironia de dois gumes. Se se aplicar a tese de lógica “continuidade-mutação” à cultura cabo-verdiana, a revista *Claridade* vê-se transformada em baliza de contemporaneidade literária ao mesmo tempo que, no plano social, define o lugar charneira onde o conflito “antigo Vs moderno” experimenta o seu maior efeito demolidor.

E a invocação do passado, do “antigo”, que tem de entrar como ingrediente estrutural na valorização do presente, suscita toda a história da sociedade crioula desde meados do século XIX. Cenário de importantes transformações sociais, o período das décadas de 1940-1860 manipula também ostensivamente a Escola fazendo dela um instrumento da ideologia e da política, mas em imediato benefício da nação cabo-verdiana em processo de formação.

Sobre o desenvolvimento da Instrução Primária nas ilhas crioulas, Manuel Ferreira aponta 1817² como data para a referência à primeira escola laica. António Carreira fala da irregularidade do seu funcionamento entre 1821 e 1840, e esclarece que em 1841/42 já havia doze escolas de precário funcionamento, em diversas ilhas³. Pelo bem documentado cabo-verdiano “Sempalhudo”, que durante algum tempo colabora no *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, fica-se a saber que a instituição escolar e a sua eficácia sofriam com as vicissitudes da política metropolitana, de abandono sob o regime absolutista e de protecção e incremento sob o liberal⁴. Assim se compreende o triunfalismo autologizante dos artigos de opinião publicados no *Boletim Oficial* que, por ocasião da instalação do Prelo na ilha de Boavista, associam a Imprensa à Escola, atribuindo a ambas os princípios forma-

dores de liberdade, felicidade, riqueza, civilização, progresso, com que os liberais se promoviam.

Os conflitos políticos que entre 1840 e 1860 se desenvolviam em Cabo Verde reproduziam de muito perto a lógica da guerra civil que se havia verificado no Reino, entre absolutistas e liberais. De um lado intervinha o sistema tradicional bicéfalo das ilhas, a um tempo feudal-latifundista e escravocrata, em terra, e grande comercial-mercantil e monopolista, no mar e em terra, vivendo ambos à custa da exploração e da miséria da população. Do outro agia a camada burguesa empreendedora liberal e a intelectualidade humanista, formando o sector esclarecido que se aliava à administração reinol, ambos com a finalidade de minarem pela base os alicerces daquele sistema tradicional, inimigo comum que sabotava todas e quaisquer intenções de reformas.

Enquadram-se nesta estratégia duas medidas fundamentais decretadas pela Coroa, a abolição da escravatura e a exigência de um rápido incremento dos mecanismos que levassem à sua extinção em todo o Reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, assim como do vínculo legal de morgadio⁵. Em complemento delas, pelo Governo da Província foram impostas duas hábeis medidas de disciplina, uma que impedia a retenção de produtos agrícolas pelos agrários, e outra que contrariava o açambarcamento e especulação pelo comércio egoísta⁶.

As escolas de Instrução Pública entravam neste projecto governativo geral, com o objectivo democrático-liberal de difundirem o saber sobre o qual se alicerçaria a consciência da nação. O saber constituía-se na verdadeira condição de progresso e estímulo para o desejo de bem-estar, o que presumia uma educação nova em ordem ao princípio do trabalho enquanto dever natural⁷. A Escola Principal da Brava é a primeira expressão desta convergência de vec-

tores. Nas eleições de 1845, saindo vencedor para deputado por Cabo Verde às Cortes o candidato do partido Cartista, Francisco da Paula Bastos, este comprometia-se num acto de solidariedade nacional cabo-verdiana com os seus opositores, obrigando-se a cumprir, como aliás cumpriu, o programa do Partido Setembrista onde militavam os cabo-verdianos revolucionários defensores do “exclusivismo provincialista”⁸, entre cujos nomes figurava o Dr. Júlio José Dias celebrado por Baltasar Lopes no romance *Chiquinho*.

O “exclusivismo provincialista” era pois o sentido implícito daquela Escola logo fundada em 1848⁹, aberta ao ensino primário e secundário vocacionado para o magistério e para a formação e reciclagem de professores. Por outro lado, um pouco depois, como era pedido pelas forças vivas e convinha à estabilidade e ao progresso, o Governo fixou-se definitivamente na Praia e arrastou consigo a deslocação da Escola Principal até então sediada na ilha Brava¹⁰, ao mesmo tempo que criou as condições indispensáveis para a fundação de um liceu na Capital, em Outubro de 1860, com imediata entrada em funcionamento em 7/1/1861.

Surpreendentemente cedo, pela vontade de todos e pelo querer da burguesia esclarecida cabo-verdiana, encontravam-se definitivamente instituídas as Escolas que, segundo o Governador, ofereciam “*um dos mais salutareis princípios em que se baseiam, o progresso e a felicidade dos povos*”¹¹. Depois, a anexação do Liceu da Praia e da Escola Principal pelo Seminário-Lyceu fundado em São Nicolau, em 1866¹², deverá ser vista como uma medida de optimização do projecto de formação de professores e do Ensino num meio de fracos recursos. Desde a origem do povoamento da ilhas, parceira sócio-cultural legítima, a Igreja era uma instituição vocacionada para colaborar na continuidade da política escolar, na sua efectiva cabo-verdianização,

O conluio entre o humanismo burguês liberal cabo-verdiano e a administração reinol forjou... com cerca de um século de antecedência as bases de uma cultura local idênticas às da política cultural que a UNESCO veio instituir à escala planetária: “*Chacun a le droit de lire*”, assim diz o artigo primeiro da sua Carta. Fotografia de Rui Pereira.



emprestando igualmente os seus párocos todas as vezes que se registavam vacaturas de professores civis. E, sobretudo, porque deste modo o Lyceu ficava protegido pelo orçamento da Diocese, beneficiava da estabilidade funcional do quadro docente do Seminário, altamente qualificado, e resguardava-se das vicissitudes mais ou menos complicadas das políticas governativas.

O conluio entre o humanismo burguês liberal cabo-verdiano e a administração reinol forjou, pois, com cerca de um século de antecedência as bases de uma cultura local idênticas às da política cultural que a UNESCO veio a instituir à escala planetária: "*Chacun a le droit de lire*" assim diz o artigo primeiro da sua Carta, ocupando-se o segundo do papel que os livros ocupam na educação das pessoas¹³. Em termos gerais, em Cabo Verde tratou-se de pôr em acção os mecanismos da economia cultural que se regem pela seguinte dinâmica da problemática da leitura literária: as necessidades suscitam os meios de as satisfazer; e, como a necessidade é íntima da carência e esta é activada pelo desejo, logo, o desejo tem de ser ensinado sob a forma de uma fome espiritual.

A satisfação desta fome é um fenómeno de cultura que encontrou na Escola o mediador eficaz. Embora dificultada pela realidade impossível de contornar da didáctica em português, era bastante eficaz o apoio que recebia do corpo docente bem qualificado, cada vez mais entregue a pessoal do país, condições indispensáveis para promover o seu enraizamento na terra cabo-verdiana. Afirmava Baltasar Lopes que constituía um "saber sólido", não sendo apenas "saber literário"¹⁴ aquele que oferecia o Seminário-Lyceu. Estamos porém em crer que apesar disso terá sido tão literário quanto devia, no pressuposto de que a formação intelectual constituía um objectivo particularmente urgente no desenvolvimento de uma consciência geral esclarecida, indispensável à homogeneização

étnica do mosaico humano ainda pouco sólido no conjunto das ilhas.

Ao preparar indivíduos laicos para a burocracia, instrução primária, comércio, agricultura, vida marítima e militar¹⁵, o Seminário-Lyceu ajudava a dar forma e substância a essa consciência, forjando uma classe média de grande poder aglutinador. Convinha à minoria tradicional a conservação dos seus antigos privilégios. E à maioria popular, ainda afectada pelo fantasma do escravagismo em fase de abolição, pobre, sub-ocupada ou desocupada de todo, pouco poderia ser pedido em ordem ao progresso baseado na reforma de estruturas e de mentalidades. Como que por exclusão de partes, o foco dinâmico coincidia com o centramento crioulo protagonizado pela intelectualidade progressista¹⁶ que impulsionava o desenvolvimento e estabilização da rede escolar.

Bem posicionada no torniquete das duas bases étnicas, africana e europeia, a burguesia média crioula encontrava na elite dos seus diplomados pelo Seminário-Lyceu, o saber fazer necessário à dialectização do desejo que deveria animar as instituições de cultura nacionais. Só forçando o princípio lógico do acaso a meter-se onde não deve se poderá recusar a existência de uma relação directa entre a proliferação de instituições culturais e o começo do lançamento de diplomados pelo Seminário-Lyceu no mercado de trabalho, fenómeno que começa a ocorrer logo na primeira metade da década de 1870. Nas suas investigações neste domínio, Gabriel Mariano registou cerca de dezanove associações recreativas e culturais em todas as ilhas, entre 1853 e 1895¹⁷. Na nossa pesquisa esse número aumentou para cerca de vinte e quatro nesse mesmo período, todavia elevando-se para quarenta e uma instituições de várias espécies num período que se alarga até à data de 1907¹⁸.

Uns, professores e agentes do saber escolar e, todos, catalizadores na dinamização das insti-



Desde a origem do povoamento das ilhas, parceira sócio-cultural legítima, a Igreja foi uma instituição vocacionada para colaborar na continuidade da política escolar, na sua efectiva cabo-verdianização. Fotografia de António Sacchetti.

tuições de comunicação de cultura, terão animado as mais diversas formas de vivência social, de permuta de ideias, de intervenção crítica, de exercício do gosto, de ocupações de lazer, etc.. O gabinete de Leitura da Praia¹⁹, logo extinto em proveito da Biblioteca e Museu Nacionais²⁰, constitui a resposta óbvia à necessidade-desejo que a rede escolar fora incumbida de desenca-dear. Cerca de 1870 funcionavam já quarenta e três escolas em todas as ilhas²¹, atingindo a cota de cinquenta em 1880 entre as escolas régias e municipais, às quais é necessário ainda juntar as particulares, as de ensino primário da Paróquia²², as das Irmandades, das Agremiações Culturais e do Batalhão Militar²³, e de ensino especializado em línguas, disciplinas comerciais, música, labores femininos, desenho e pintura.

Da preciosa Biblioteca dos tempos áureos da Cidade Velha, que Alfredo Trony fora incumbido de inventariar em 1870, à moderna Biblioteca da Praia, que reuniu cerca de mil e duzentos livros desde a sua fundação até 1902, o trânsito cultural fez-se entre a contenção aristocrática do saber e a sua difusão democrática. Prémios em livros atribuídos aos alunos distintos, em cerimónias pomposas, tanto nobilitavam o livro como criavam condições espirituais para uma eficaz assunção da leitura e da escrita em tudo próprias de uma sociedade moderna.

Segundo as directivas gerais, contemporâneas, da UNESCO, à intenção das Bibliotecas, reconhece-se de facto ao livro aquilo que então se praticava nas ilhas crioulas, a sua nobilitação devido quer aos conteúdos informativos e formativos que veiculava quer à sua permanente disponibilidade. Sabe-se que, mais do que nas livrarias, é na Biblioteca que o livro melhor se oferece como espera. Em meados da década de 1870 a Biblioteca da Praia já desempenhava estas nobres funções, registando cerca de duzentos pedidos de livros por mês, dos quais a terça parte cabia à literatura.

No contexto bastante assimétrico como era o humano-social de Cabo Verde daquele tempo, o desenvolvimento de uma estética literária simultaneamente clássica e romântica, própria do humanismo liberal novecentista europeu, e mau grado o seu longo atraso no tempo à luz do ritmo do calendário dos países do Norte, constituía um ganho de inestimável importância. Estruturava uma axiologia e uma didáctica de valores humanos indispensáveis a uma futura aquisição do mais vasto e complexo saber científico sem o qual não poderia haver progresso económico e social. Ou, pelo menos, a consciência das suas possibilidades, como de facto veio a acontecer com as gerações depois formadas pelo Liceu do Mindelo.

Decorridos quatro séculos, do vazio inicial das ilhas descobertas emerge uma nação dotada de comunidade de língua, de religião, de passado histórico e de destino e ansiedades futuras. Porém, estes aspectos convergentes não bastavam para neutralizar a divergência de tradições particulares, de costumes e, sobretudo, de avatares arcaicos que entravavam os esforços empreendidos para se sair do atraso sócio-económico em que a sociedade se encontrava mergulhada. A burguesia que fazia a média social dos diferentes estratos ia buscar a sua homogeneidade às ideias liberal-progressistas e à ilustração, o que, na ocorrência, fazia dela o grupo mais esclarecido e documentado, verdadeira consciência dinâmica dos valores de identidade nacional. Ora, pertence agora à banalidade das teorias da comunicação reconhecer que esta camada sócio-económica e cultural, para não regredir até ao analfabetismo técnico-intelectual, tinha uma imperativa urgência em fazer ouvir a sua voz no contexto de interlocutores ao seu nível, que seguramente não poderiam ser as populações anónimas da nação, analfabetas e de consciência nacional ainda difusa.

Aliás, a questão é bastante mais complexa, entrando obrigatoriamente na dialéctica formadora do sujeito étnico cabo-verdiano, processo no

qual o *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*²⁴ ocupou um lugar de capital importância. Através desta publicação lisboeta dirigida a leitores de português em todas as partes do mundo, os intelectuais cabo-verdianos podiam ostentar a sua condição de sujeitos históricos detentores de um saber altamente performativo, num tempo em que saber apenas ler e escrever constituía já um privilégio sem preço. Como nos ensinam as filosofias sobre a constituição do “Sujeito”, nos alvares da sua afirmação individual esta entidade encontra-se sempre condicionada por uma grande precaridade de meios, não podendo por isso dispensar o uso de formas de empréstimo e de adopção oriundas de outros meios, e já prestigiadas pelo tempo. Assim aconteceu em Cabo Verde com benefícios óbvios. Ao afirmarem-se hábeis nas técnicas dominadas pelo “Outro”, estes intelectuais asseguravam a comunicação com interlocutores já credenciados. Por um lado, era-lhes possível ocuparem por um espaço próprio na época modernoromântica, mesmo que exibindo o seu domínio da oficina incrustada na difícil arte clássica. Por outro lado, assim credenciados era seguro o caminho para granjearem o respeito de artistas da palavra. Os cabo-verdianos revelavam-se ser bastante hábeis, mau grado as enormes dificuldades do meio e a ausência de tradições escritas anteriores.

A História das Culturas parece fazer-nos crer que estes endereços ao “Outro” são tributos estruturais que, de início, é necessário pagar a uma qualquer tutela. Ao saldá-lo, em finais do século XIX, os poetas cabo-verdianos anteciparam-se a todos os seus congéneres do espaço continental africano. Sirva de exemplo o caso, geográfica e etnicamente próximo, na área de influência francesa, da escrita romanesca senegalesa que apenas cerca das décadas de 1920-1930 passou por esta mesma fase, meio século depois.

Que a temática dos poetas novecentistas tenha sido convencional, celebrativa, laudatória, grandiloquente, congratulatória, jubilatória, retri-



Da preciosa Biblioteca dos tempos áureos da Cidade Velha à moderna Biblioteca da Praia, o trânsito cultural fez-se entre a contenção aristocrática do saber e a sua difusão democrática. Sé da Cidade Velha
Fotografia de António Sacchetti.

butiva ou gratificante, é um dado de orientação que se compreende muito bem. Ela responde, como a poesia de qualquer período, a exigências éticas, estéticas e sociais, todas ajustadas à filosofia e ao tempo da classe que a produziu. Tanto quanto a poesia escrita a partir de finais da década de 1950 tendia para o patriotismo nacionalista, no horizonte da Nação-Estado a haver urgentemente, assim esta, igualmente pedagógica, visava um sentido patriótico-nacional configurado no conceito de indivíduo, como era próprio da filosofia burguesa liberal novecentista, mas condicionado por uma existência onde a média social de vida se encontrava em limiares muito baixos.

Um diagrama estatístico da poesia publicada no *Novo Almanach de Lembranças [...]* mostra bem a dualidade deste individualismo, simultaneamente poético-idealista e humano-social. Registrando dois picos de produção máxima, em 1890 e em 1932, os patamares de baixa produção são de fácil leitura. O primeiro corresponderá ao período de tirocínio poético dos novos intelectuais, ou ao seu simples aparecer como vocação estimulada pelo prestígio que os intelectuais sabiam emprestar à instituição literária. E o segundo abrange o período republicano durante o qual foi bastante intensa a actividade jornalística. Aos impressionantes números de cerca de cinquenta e três poetas autores de cento e setenta poemas publicados no *Novo Almanach [...]* deve-se ainda juntar a produção editada em livro, além da publicada no *Boletim Oficial [...]* cerca de 1850²⁵, toda ela exercida como enraizamento da comunicação escrita numa comunidade que mal emergia do analfabetismo.

Do que se conhece sobre a Imprensa com os seus cerca de vinte e nove títulos entre 1871 e 1936, particularmente concentrados entre 1911 e 1914²⁶, destacam-se os elementares princípios mais acima referidos a propósito da formação do gosto pela leitura (e pela escrita que deriva da leitura). Não poderia haver nacionalistas defensores

dos interesses de Cabo Verde sem uma anterior situação de liberdade política e de exercício intelectual que os criasse, nem seria viável o surgimento de jornais sem o horizonte de espera de um público escolarizado preparado antes como leitor motivado.

Terão sido então os intelectuais formados na Escola humanista e clássica patrocinada pela Coroa e pela Igreja que viriam a assumir, após a viragem da política europeia sobre a África, em finais do século XIX, a reacção nacionalista desse tempo contra a mão forte do processo colonialista. A mesma escola de intelectuais, enfim, que criou as condições para o surgimento do Liceu de Mindelo, em 1917, responsável pela nova intelectualidade científica e positivista que se veria incumbida de superar os seus antecessores.

Uma vez que a individualidade e autenticidade da nação já havia sido cumprida pela burguesia liberal, e que esta chegava ao fim do seu papel histórico de única liderança possível, os liceais mindelenses que se identificam com o grupo da *Claridade* apareciam, por volta da década de 1920, como voz orgânica da nova unidade-povo que, entretanto, fora sendo forjada. A emigração dramática para S. Tomé, a emigração eufórica para a América, depois travada cerca de 1930, as greves do porto de Mindelo em decadência acelerada, a circulação de ideias no período republicano, são algumas das componentes das duas primeiras décadas do século XX que afinam a consciência nova da nação-povo, de peso político e económico crescente devido ao endinheiramento alcançado com a diáspora americana.

Neste contexto, a crítica juvenil de Quirino Spencer Salomão destinada a negar o valor de Pedro Cardoso²⁷, e dos demais predecessores, entra na conhecida simbólica da “morte do pai”. Negando-o, afirma nesse gesto a própria dívida da formação que recebeu dos seus antecessores, no mínimo para saber criticar e ser capaz de o

fazer. Com o poder reinol entretanto desacreditado pela sua obsessão colonial, não representando já um pólo de atracção interessante para a intelectualidade juvenil emergente, esta tinha bons motivos para não se afastar da esfera popular, de acordo aliás com a sua formação no domínio das ciências contemporâneas que, por vocação, se não distanciam das realidades concretas onde o povo se move.

A passagem do classicismo-romantismo da burguesia humanista liberal do século XIX para o realismo sensível às realidades do quotidiano povo, na década de 1930, consiste então no deslocamento da identidade e “autenticidade” da nação do nível onde a sua realização fora possível, num certo tempo, para aquele em que agora era correcto, num tempo outro, no sentido de uma cada vez maior abrangência e representatividade da consciência geral da nação. O sucesso e a actualidade do movimento *Claridade* resulta assim da justeza desta aproximação numa performance que dialoga em dois sentidos. No retrospectivo, por ter sabido continuar a fazer uso da tradição da liberdade, ludibriando a censura do Estado Novo ao fazer passar a mensagem política sob uma codificação que escapava aos olhos do censor²⁸, e por ter sabido reorientar a sua mensagem literária, endereçando-a já não ao tal interlocutor “Outro” mas tão só a leitores de literatura sem mais referências.

No sentido prospectivo, a *Claridade* foi capaz de dizer, mediante uma ética que reelaborou o conceito de artista da palavra, o que convinha à população que dela fosse dito no seu percurso para se realizar como nação-Estado. A demora em percorrer este percurso de soberania, entre os anos trinta do seu surgimento e os anos setenta da independência nacional, vem a ser assim um dos significantes da permanência do espírito de realismo vivo que foi enformando e readaptando a revista a sucessivas gerações de colaboradores.



Resta apenas que se resolva o paradoxo estrutural de toda a literatura realista, no caso de Cabo Verde desde a *Claridade* até ao presente, independentemente das tónicas em que tenha insistido. Sirva de exemplo-parábola o seguinte fragmento do “Ofício nº 89” dirigido pela Câmara Municipal de Santa Catarina ao Governador Geral, no já longínquo dia 23 de Março de 1857:

“O sr. Cosme disse que entendia que a Câmara devia dirigir um voto d’agradecimento ao exmo. sr. Conselheiro Governador Geral, em nome do povo que ella representa. Que o outro agradecimento que em 15 de Fevereiro se dirigiu a sua exa. era por assim dizer dos ricos e grandes proprietários do Concelho; que os pobres, a quem sua exa. prestou valiosos serviços, não sabem ler nem escrever; apesar de sua exa. ter-lhes estabelecido escolas d’instrução primária em todas as freguezias; que a Câmara deve fallar em nome d’ellas [...]”²⁹.

Realismo(s), literatura seguramente sobre o povo e à intenção do povo, mas de um povo que, como no caso acima, umas vezes não sabe ler, outras vezes sabe e não lê por desmotivação, e outras ainda, poucas, por acaso lê.

Nesta perspectiva de recepção, a *Claridade* e os realismos subsequentes deverão esperar ainda por uma epifania popular de participação activa que não caberá neste tempo. E aí talvez se venha a colocar a questão da “literatura, que [...] não conseguiu, em toda a sua história — que consiste num somatório de derrotas —, alcançar uma única vitória de peso — uma vitória momentânea, entenda-se!”³⁰ e, no entanto, ela suscita tanto medo ao Poder.

A resposta a este paradoxo aparente leva-nos a concluir por onde começámos. Aristóteles admitia que a realidade podia ser mais rica do que a literatura. Mas reconhecia igualmente que, obra por obra, a obra literária era mais importante do que a obra documental realista fiel aos factos. O documento ficava-se pela realidade dada, enquanto a literatura, que era filha da imaginação artística,

era mais filosófica, mais universal e, portanto, mais apta para representar o possível.

Ora, é no futuro que se situa o possível. Uma vez que o futuro do passado acaba sempre por se cumprir como presente, é o possível de antes que se espera concretizar-se como real. O mérito dos autores da *Claridade* foi tê-lo intuído, com o seu lado de realismo objectivo que os enraizou no seu tempo de passado, e com o seu lado de realismo subjectivo que os projectou para o futuro, para o presente, contra todas as expectativas.

¹ Jorge Dias, “O que se entende por Antropologia Cultural”, in *Estudos Ultramarinos*, nº 3, Lisboa, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1959, p. 17.

² Manuel Ferreira, *A Aventura Crioula*, Lisboa, Plátano Editora, 1973, p. 238.

³ António Carreira, “As Ilhas de Cabo Verde há cem anos”, in *Rafes*, Praia, Jun/1984, p. 27.

⁴ In *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, nº 79, Brava, 26/10/1844, p. 315.

⁵ Lei de 19 de Maio de 1863; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 44, Praia, 1864, pp. 245-246. Uma questão é a extinção do vínculo legal do morgadio, outra é o modo como as grandes propriedades se mantiveram indivisas.

⁶ A primeira, devida ao Governador Brigadeiro Fortunato José Barreiros e a segunda ao Governador Conselheiro António Maria Barreiros Arrobas que põe a funcionar um sistema que consiste em vender as dadas estrangeiras e, com o dinheiro amealhado, abrir frentes de trabalho pago; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 167, Brava, 5/1/1855, p. 681.

⁷ “os validos para o trabalho serão salvos sempre que se lhes ministre esse trabalho, e não tem direito a ser socorridos por outro modo, pois todos devem à sociedade o tributo do trabalho que lhes impoz a lei natural”, *idem* (destaque nosso, A.C.).

⁸ Cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 101, Praia, 7/6/1845, p. 404; *idem*, nº 102, Praia, 14/6/1845: “6º Que se estabeleçam escolas d’ensino primario em toda as Ilhas, tendo attenção ao numero de habitantes, e às distancias de cada uma dellas. 7º Que se criem estabelecimentos d’instrução secundária e média para os mancebos da Província, e um Seminário Diocesano para a educação eclesiastica dos que se destinam ao serviço da Igreja”, p. 408.

⁹ Decreto que reforma a Instrução Pública, datado de 14 de Agosto de 1845; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 112, Boa-Vista, 25/10/1845, p. 445. Notícia da entrega do Relatório com as Bases do Ensino em Cabo Verde; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 117, Brava, 13/12/1845, p. 467. Nomeação do Conselho Inspector para aplicação do diploma; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 119, Brava, 27/12/1845, p. 476. Fundação da Escola Principal da Brava na sequência daquele processo: 1 de Outubro de 1848; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 196, Praia, 28/4/1849, p. 805.

¹⁰ Cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 195, Praia, 13/8/1856, p. 880.

¹¹ Governador Geral interino Januário Correia de Almeida que, ao fundar o Lyceu Nacional da Província de Cabo Verde, cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 83, Praia, 22/12/1860, p. 391, dá cumprimento à decisão do seu

- antecessor Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes; *idem*, nº 48, Praia, 21/5/1859, p. 241.
- ¹² Segundo o disposto no artigo 21º da Lei de 12 de Agosto de 1856 que manda instaurar Seminários nas Dioceses Ultramarinas, fundação do Seminário-Lyceu em 3 de Setembro de 1866 pelo Bispo D. José Luís Alves Feijó; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 44, Praia, 3/11/1866, p. 213-214; sobre a anexação da Escola Principal pelo Seminário-Lyceu, cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 35, Praia, 31/8/1867, p. 181.
- ¹³ Ronald E. Barker, e Robert Escarpit, *La faim de lire*, Paris, UNESCO, P.U.F., 1973, pp. 143-144.
- ¹⁴ Baltasar Lopes, "Varia Quaedam", in *Ponto & Vírgula*, nº 9, Mai-Jun/1984, p. 13.
- ¹⁵ Cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 51, Praia, 22/12/1900, p. 392.
- ¹⁶ Gabriel Mariano, "Do Fimco ao Sobrado ou o mundo que o mulato criou", in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 25-49.
- ¹⁷ *Idem*, p. 44.
- ¹⁸ 185? — *Sociedade Esperança*; 1861 — *Reforma da Irmandade do S. S. Sacramento de S. Nicolau*, fundada em 1755 pelo Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente; 1863 — *Sociedade Recreativa*; 1863 — *Theatro Africano*; 1865 — *Sociedade Philarmónica Juventude*; 1867 — *Grémio Promotor*; 1867 — *Theatro D. Maria Pia de Saboia*; 1867 — *Associação igualdade*; 1870 — *Gabinete de Leitura da Praia*; 1871 — *Biblioteca e Museu Nacionais*; 1871 — *Dissolução do Gabinete de Leitura*; 1871 — *Irmandade do S.S. Sacramento de N. S. das Dores do Sal*; 1872 — *Associação Comercial da Província de Cabo Verde*; 1873 — *Club Recreativo*; 1874 — *Grémio Agrícola do Club Recreativo*; 1874 — *Sociedade Instrutiva-Recreativa de S. Nicolau*; 1874 — *Biblioteca Sociedade Fraternidade da Soc. Instrutiva-Recreativa de S. Nicolau*; 1875 — *Gabinete de Leitura do Sal*; 1876 — *Sociedade Euterpe*; 1880 — *Grémio Cabo-Verdiano*; 1880 — *Club União*; 1880 — *Biblioteca Pública de S. Vicente*; 1881 — *Irmandade do S.S. Sacramento de N. S. da Graça da Praia*; 1881 — *Associação Comercial Cabo-verdiana*; 1883 — *Club Fraternidade do Fogo*; 1884 — *Bombeiros Voluntários Praenses*; 1884 — *Irmandade de N. S. do Crucifixo da Ribeira Grande de Sto. Antão*; 1884 — *Grémio de Instrução e Recreio da Brava*; 1886 — *Associação dos Artistas da Praia*; 1886 — *Irmandade de N. S. do Rosário da freguesia de N. S. de Jesus da Praia*; 1887 — *Irmandade do S. S. Sacramento da freguesia de N. S. da Luz de S. Vicente*; 1888 — *Associação e Corporação dos Bombeiros Voluntários de Mindelo*; 1888 — *Sociedade Recreativa Fraternidade de S. Vicente*; 1889 — *Filarmónica Artística Mindelense*; 1893 — *Extinção da Filarmónica Artística Mindelense*; 1893 — *Extinção da Sociedade Recreativa Praense*; 1895 — *Club Luso-Britânico*; 1897 — *Cooperativa dos Funcionários Públicos*; 1898 — *Associação de Socorros dos Bombeiros da Praia*; 1900 — *Grémio Literário*; 1900 — *Tuna Praense*; 1902 — *Caixa Económica dos Empregados do Estado*; 1903 — *Mudança de nome do Grémio Literário para Grémio Universo*; 1905 — *Grémio Minerva da Brava*; 1907 — *Biblioteca de Sto. Antão na Vila D. Maria Pia*.
- ¹⁹ Sociedade de natureza literária, promotora de leituras literárias e científicas "consagradas a assumptos de instrução", interessada em formar uma biblioteca e em ministrar curso de diversas disciplinas para instrução do público, sendo "expressamente proibida toda a discussão, que digresse para a qualquer partido político" (nesta como em todas as outras instituições enumeradas jamais surge qualquer referência a questões de natureza étnica); cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 4, Praia, 22/1/1870, pp. 24-25.
- ²⁰ O museu nunca conseguiu alcançar grande relevo por dificuldade em obter dádivas de peças.
- ²¹ 11 escolas em Santiago, 9 em Santo Antão, 7 em S. Nicolau, 5 na Boa-Vista, 3 no Fogo, 2 no Maio, 2 em S. Vicente, 2 na Brava e 2 no Sal, no conjunto das quais 9 eram de meninas.
- ²² Da Paróquia apenas em S. Nicolau.
- ²³ Tendo começado por ser dirigida apenas a soldados, a escola do Batalhão Militar veio a ser aberta a civis.
- ²⁴ Editado em Lisboa, publicado entre 1851 e 1932 e dirigido a todos os espaços onde se falava a língua portuguesa.
- ²⁵ As primeiras manifestações literárias no *Boletim Oficial [...]* surgem sob o signo do comprometimento político, e envolvem um louvor ao Governador cessante Francisco da Paula Bastos feito pelo reinol José Evaristo de Almeida, sob a forma de dois longos poemas; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 105, Praia, 5/7/1845, p. 420; *idem*, nº 106, Praia, 12/7/1845, p. 424. o bravense Sérvulo de Paula Medina e Vasconcelos, funcionário Público e Redactor do *Boletim Oficial* (irmão do poeta Luís Medina) publicou em quatro números do *Boletim Oficial* de 1847 (nº 184, 185, 187 e 191) a novela romântico-convencional *A Bella Virgem do Mondego* ou *As Duas Vítimas*. Em vinte e três números do B.O. de 1850 (nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 19, 22, 23, 24, 25, 40, 41, 42, 43, 44 e 45) publicou o romance *Um Filho Chorado* que ficou incompleto. Em poesia publicou o longo poema *Ao Totinegro*, cf. *Boletim Oficial [...]* nº 7, Brava, 16/2/1850, p. 28; o longo poema "conto" *Violante*. cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 12, Brava, 23/3/1850, pp. 47-48, *idem*, nº 13, Brava, 30/3/1850, p. 52, tudo de sua autoria; publicou ainda o longo poema *Bernardim Ribeiro — Conto Histórico*, atribuído a António Cezar de Vasconcellos Corrêa Júnior, tendo ficado incompleto; cf. *Boletim Oficial [...]*, nº 21, Brava, 25/5/1850, p. 85; *idem*, nº 22, Brava, 1/6/1850, p.88.
- Após este período fecundo só excepcionalmente irão surgir dois poemas no *Boletim Oficial*.
- ²⁶ 1842 — *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*; 1871: "Hoje, são atirados à luz da publicidade os exemplares do primeiro número do jornal [...], Praia, 12 de novembro de 1871, Hipólito O. (Olympio) da Costa Andrade, cf. *Boletim Oficial [...]* nº 46, Praia, 18/11/1871, p. 230, jornal cujo nome ainda não foi possível determinar; 1880 — *A Imprensa*; 1889 — *Revista de Cabo Verde*; 1902 — *A Liberdade*; 1902 — *A Opinião*; 1904 — *O Espectro*; 1907 — *O Trabalho*; 1907 — *Cabo Verde*; 1911 *Voz de Cabo Verde*; 1912 — *O Independente*; 1912 — *O Progresso*; 1913 — *Futuro de Cabo Verde*; 1913 — *O Mindelense*; 1913 — *A Defesa*; 1914 — *O Popular*; 1918 — *O Cabo-Verdiano*; 1920 — *Cabo Verde*; 1921 — *A Seiva*; 1922 — *A Verdade*; 1923 — *O Manduco*; 1924 — *Vasco da Gama* (nº único); 1931 — *Notícias de Cabo Verde*; 1933 — *A Defesa* (S. Nicolau); 1933 — *Ressurgimento*; 1933 — *O Eco de Cabo Verde*; 1955 — *Mocidade Caboverdiana*; 1936 — *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*; 1936 — *Juventude*; 1936 — *Claridade*; 1895-1899 — *Almanach Luso-Africano* do Cônego António Manuel da Costa Teixeira.
- ²⁷ Pedro Cardoso, *Sonetos e Redondilhas*, Cabo Verde, Tipografia Minerva, 1934, pp. 5-11 e Manuel Ferreira, "Prefácio", in *Claridade*, revista de artes e letras, Linda-a-Velha, Editora A.L.A.C., 1986, pp. LVII-LVIII.
- ²⁸ Cf. testemunho de Baltasar Lopes "Depoimento", in *Claridade*, *idem*, pp. XIII-XV.
- ²⁹ Assinado, Dr. Francisco Frederico Hopffer, Presidente, e outros, in *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde* nº 7, Praia, 18/5/1857, pp. 28-29.
- ³⁰ Walter Jens, "Literatura e Política — possibilidade e limites", in *Cader-nos da Colóquio Letras — 1 Teoria da Literatura e da Crítica*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, s.d., pp. 105-119 (cf. tb, *Colóquio Letras* nº 33, Set/1976).